

*A reforma tributária  
que o Brasil precisa*

## A tributação no Brasil e na OCDE

Os dados de 2015 coligidos pelos auditores fiscais em A Reforma Tributária Necessária mostram que a metade da arrecadação brasileira vem do consumo, contra uma incidência média de 1/3 na OCDE, para carga tributária sobre o PIB do Brasil equivalente à de seus pares internacionais.

Já o imposto sobre a renda no país representa cerca da metade da média mundial.

**FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA, POR BASES DE INCIDÊNCIA**

EM %  
OCDE E BRASIL  
2015

PAÍSES	RENDA %	PATRIMÔNIO %	CONSUMO %	OUTROS %	TOTAL %	CARGA TRIBUTÁRIA % PIB
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	100,0	37,1
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	100,0	44,8
Chile	36,4	4,4	54,1	5,1	100,0	20,5
Coreia do Sul	30,3	12,4	28,0	29,3	100,0	25,2
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	100,0	45,9
Espanha	28,3	7,7	29,7	34,3	100,0	33,8
Estados Unidos	49,1	10,3	17,0	23,6	100,0	26,2
França	23,5	9,0	24,3	43,2	100,0	45,2
Holanda	27,7	3,8	29,6	38,9	100,0	37,4
Irlanda	43,0	6,4	32,6	18,0	100,0	23,1
Itália	31,8	6,5	27,3	34,4	100,0	43,3
Japão	31,2	8,2	21,0	39,6	100,0	30,7
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	100,0	38,3
Portugal	30,2	3,7	38,4	27,7	100,0	34,6
Reino Unido	35,3	12,6	32,9	19,2	100,0	32,5
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	100,0	43,3
Turquia	20,3	4,9	44,3	30,5	100,0	25,1
MÉDIA OCDE	34,1	5,5	32,4	28,0	100,0	34,0
BRASIL (1)	18,3	4,4	49,7	27,6	100,0	32,6

Autor: OLIVEIRA, Fabricio A. As reformas tributárias no plano internacional: a marcha da insensatez; In: *A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas* / Eduardo Fagnani (organizador). Brasília: ANFIP; FENAFISCO; São Paulo: Plataforma Política Social, 2018. 804 p. ISBN: 978-85-62102-27-1/ CDU 336.22. <http://plataformapoliticasocial.com.br/a-reforma-tributaria-necessaria/>

Fontes: OCDE: Revenue Statistics Comparative Tables. [https://stats.oecd.org/index.aspx?DataSetCode=REV2\\_5](https://stats.oecd.org/index.aspx?DataSetCode=REV2_5); Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

(1) Carga Tributária de 2015, RFB.

# Produto com imposto de R\$ 200,00

Para quem ganha R\$ 20 mil/ano

**1%**

de imposto sobre a renda!

Para quem ganha R\$ 200 mil/ano

**0,1%**

de imposto sobre a renda!



Artigo 145 da Constituição Federal

# **Três observações sobre tributação constantes da Carta Magna**

- “Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”;
- “O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente”; e
- “As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos”.



## O que pode ser feito no Brasil

- Tributar lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas;
- Ampliar faixas do IRPF com alíquotas mais altas para rendas elevadas;
- Criar impostos sobre grandes fortunas e heranças;
- Reduzir impostos sobre consumo e folha de pagamento;
- Garantir que a arrecadação financie serviços públicos de qualidade.

## A proposta dos auditores fiscais

Sem, no essencial, aumentar a carga tributária brasileira, onerar as altas rendas e aliviar o consumo em mais de trezentos bilhões anuais.

Obs: o valor de 2015 era da mesma ordem de grandeza dos juros da dívida pública pagos no ano anterior.

**FIGURA 6 – AUMENTO DA PROGRESSIVIDADE PELA MUDANÇA DA BASE DE INCIDÊNCIA (SITUAÇÃO ATUAL E SITUAÇÃO PROPOSTA)**

EM R\$ MILHÕES

VALORES DE 2015 E ESTIMATIVAS

BASE DE INCIDÊNCIA	ATUAL	PROPOSTA	DIFERENÇA
	R\$	R\$	R\$
Renda (1)	352.305,41	606.084,14	253.778,73
Patrimônio	85.696,86	158.699,55	73.002,69
Transações Financeiras	34.686,30	65.380,84	30.694,54
<b>SUBTOTAL</b>	<b>472.688,57</b>	<b>830.164,53</b>	<b>357.475,96</b>
Bens e Serviços	957.923,80	726.126,34	-231.797,46
Folha de Salários	482.003,11	403.263,25	-78.739,86
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.439.926,91</b>	<b>1.129.389,59</b>	<b>-310.537,32</b>
Outros	15.567,38	15.567,38	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.912.615,48</b>	<b>1.959.554,12</b>	<b>46.938,64</b>

Nota (1) Inclui a o acréscimo de arrecadação na rubrica de Imposto de Renda Retido na Fonte – Não Residentes de, pelo menos, 0,12% do PIB, aproximadamente R\$ 6,9 bilhões.

# Imposto sobre as grandes fortunas

## O que é?

É um tributo que incide sobre o **patrimônio líquido elevado** de pessoas físicas — como imóveis, aplicações financeiras, participações societárias e bens de luxo. O objetivo é **promover justiça fiscal**, reduzir desigualdades e ampliar o financiamento de políticas públicas.

França, Noruega, Espanha e Suíça têm, EUA e Brasil não.

## Situação no Brasil

- O IGF está previsto na **Constituição de 1988 (art. 153, VII)**, mas **nunca foi regulamentado** por lei complementar.
- Diversos projetos de lei foram apresentados, com alíquotas entre **0,5% e 2%** sobre patrimônios acima de R\$ 10 milhões.
- A resistência vem de setores que alegam risco de **evasão fiscal, dupla tributação e fuga de capitais**.
- Defensores argumentam que o IGF pode arrecadar bilhões e **não afeta a classe média**, pois incide apenas sobre os ultrarricos.